

A RELAÇÃO ENTRE PSICOLOGIA E A JUSTIÇA

Maria Eugênia BERTOLDI¹

Silvio Schwab JUNIOR²

Fábio José LIMA³

Luciano LIMA⁴

Hodsi RODRIGUES⁵

Diego Rafael TEIXEIRA⁶

Este trabalho tem como objetivo verificar as relações existentes entre a psicologia e a justiça, visando compreender a conduta e a personalidade com que um infrator comete algum delito. A relação entre a psicologia e a justiça existe desde o início do século XIX, quando a pedido dos juizes da época, médicos foram chamados para auxiliar a desvendar os enigmas que alguns crimes apresentavam, quando em 1868 surge a psicologia criminal. O objetivo principal é mostrar como o profissional de psicologia coloca os seus conhecimentos a serviço da justiça, trazendo aos processos uma realidade psicológica dos envolvidos que ultrapassa a literalidade da lei, estudando e identificando as condições psíquicas do criminoso e o modo pelo qual opera a ação criminosa. As questões humanas abrangidas pelo direito e pela justiça são as mais amplas, não sendo apenas burocráticas, ou seja não apenas uma transgressão a lei, essas questões são sociais, delicadas e por vezes dolorosas, como exemplo: citamos pais envolvidos em disputa pela guarda dos filhos no caso de separação, mulheres e crianças vítimas de maus tratos e de violência sexual por parte de maridos e companheiros, e tantos outros casos que tratam da personalidade e conduta humana, chegando até as mentes doentes e perigosas como a de assassinos em série. A mente humana é um universo infinito e de pensamentos imensuráveis, levando os indivíduos a se colocarem de forma diferenciada sobre o mesmo tema, ou seja, enquanto um indivíduo segue as regras da sociedade e o respeito às leis de forma rígida, outro se manifesta de forma transgressora mesmo estando ciente do descumprimento das leis, e um terceiro, que é dominado por uma mente doente e criminosa, comete erros sem condições

¹Maria Eugênia Bertoldi- Doutoranda pela Facultad de La Plata.Professora das Faculdades Santa Cruz – mariaeugeniabertoldi@gmail.com

²Silvio Schwab Junior- Acadêmico do curso de Direito das Faculdades Santa Cruz – silvio_schwab@yahoo.com.br

³Fábio José Lima - Acadêmico do curso de Direito das Faculdades Santa Cruz – fls_binho@hotmail.com

⁴Luciano Lima-, Acadêmico do curso de Direito das Faculdades Santa Cruz – ljlma2005@hotmail.com

⁵Hodsi Rodrigues- Acadêmico do curso de Direito das Faculdades Santa Cruz – hodsirodrigues@gmail.com

⁶Diego Rafael Teixeira- Acadêmico do curso de Direito das Faculdades Santa Cruz – diego.rafael@florencia.com.br

de discernimento, não estando em plenas faculdades mentais, portanto em seu próprio entendimento, sem culpa. A psicologia procura desvendar os fatores determinantes, bem como compreender a conduta e as características da personalidade com que um indivíduo comete alguma infração, procurando explicar a origem desses fatores, que muitas vezes são influenciadas pela história da pessoa, pelo seu caráter e pelo meio social em que vive, sendo que o conjunto dessas ações interfere e traz enormes prejuízos a sociedade. Por outra visão a psicologia ainda tenta explicar ao profissional do Direito conceitos e métodos que o ajudem e o façam obter um melhor conhecimento referente ao comportamento humano, lhe proporcionando uma melhor compreensão da maneira como as pessoas pensam e agem, auxiliando assim em suas tomadas de decisões, bem como, fazendo com que a justiça busque soluções adequadas para que este indivíduo não venha mais cometer qualquer transgressão e ainda, faça com que ele obtenha condições de se corrigir e entender o seu erro. A cada dia mais, verificamos e podemos ver que a justiça vem buscando desvendar todas as variáveis e circunstâncias que levam as pessoas ao cometimento de algum delito, sendo desta forma alvo das investigações da psicologia. Sem dúvida a psicologia jurídica inegavelmente é de extrema e fundamental importância para a justiça.

Palavras Chave: Psicologia. Justiça. Comportamento Humano. Personalidade. Profissional do Direito.